

O DISCURSO DE LEGITIMAÇÃO DO PODER NO GOVERNO POMBALINO

JOSÉ MAURÍCIO DE CARVALHO¹

CARVALHO, J.M. de. O discurso de legitimação do poder no governo pombalino. *Semina: Ci. Soc./Hum.*, Londrina, v. 13, n. 3, p. 158-163, set. 1992.

RESUMO: *Esse trabalho é uma análise do discurso empregado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699-1782) como estratégia de legitimação das reformas que introduziu em Portugal visando tirar o país da estagnação. Indica-se que o estadista apoiou sua argumentação tanto na tradição como na eficácia dos resultados obtidos.*

PALAVRAS-CHAVE: *Política; Poder; Patrimonialismo.*

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma análise do discurso político que marcou o momento pombalino, período importante para a história portuguesa e brasileira. Aplicamos a hipótese básica de Max Weber (1864-1920) como fundo do nosso estudo, a fim de elucidar o procedimento empregado por Pombal para legitimar as mudanças que realizou no governo português. Weber elaborou o conceito de poder patrimonial para explicar uma forma de relação política que se estabelecia em decorrência da aplicação do poder patriarcal à vida dos grupos. Estabelecia-se, nesses casos, um tipo de governo que se sobrepunha à sociedade.

O modelo teórico weberiano foi enriquecido no Brasil com as contribuições de Américo Castro, Simon Schwartzman, Oliveira Viana, Raimundo Faoro, Antônio Paim e Ricardo Vélez Rodrigues. Esses dois últimos criaram o conceito de patrimonialismo modernizador para caracterizar o projeto político conduzido por Pombal. Nós o resumimos assim: o Marquês tinha a intenção de, com seu programa, vencer a decadência do Estado lusitano e colocá-lo de novo entre os grandes do mundo. O plano adotado não significou contudo a instauração de um regime político moderno, constituindo-se numa modernização do patrimonialismo tradicional.

A ação de Pombal não deixou entretanto de incomodar a tradicional sociedade portuguesa por causa de seus pressupostos, a saber, tratar-se a ciência moderna do principal instrumento para a aquisição da riqueza, além de inspirar a ação do governo e nortear as relações sociais. As reformas que realizou precisaram ser justificadas. Indicaremos, a seguir, quais os pontos básicos em que se baseou para legitimar suas práticas políticas.

2 - A LEGITIMAÇÃO DAS REFORMAS PROMOVIDAS POR POMBAL

Ao longo do século XVIII os pensadores iluministas consolidaram o entendimento de que a política era o exercício da habilidade e os estados a obra-prima do homem. Superou-se definitivamente a noção de uma ordem universal absoluta a partir de novos supostos epistemológicos vinculados à ação humana e ao trabalho, mudança estabelecida no operar histórico na trilha das filosofias de Giambattista Vico (1668-1744) e Nicolau Maquiavel (1469-1527). Como sabemos com Maquiavel as técnicas de exercício do poder foram desmistificadas e o conceito de estado como obra humana ganhou fôlego, substituindo a noção medieval de política eterna (MAQUIAVEL, 1987). Vico (1988), por seu turno, deu justificativa teórica à tese de que o estado é obra humana, rompendo o esquema cartesiano que subordinava os problemas à evidência da razão abstrata. Contra o cartesianismo Vico distinguiu o conhecimento das ciências naturais do saber histórico, asseverando que somente se pode ter certeza daquilo que se constrói. É o que nos indicou GARDINER (1984, p. 12):

“O interesse de Vico pela história estava ligado a uma determinada teoria do conhecimento... Para se conhecer realmente a natureza de qualquer coisa era necessário tê-la feito. Ao contrário do mundo dos objetos e dos acontecimentos naturais, que uma vez que Deus o criou, só ele os conhece, o mundo das nações ou história humana, foi de fato criado pelos homens e é, portanto algo que os homens podem esperar conhecer”.

1 - Professor do Departamento das Filosofias e Métodos/Centro Científico - Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei - MG

A filosofia de VICO (1988) indicou portanto como as nações eram edifícios humanos e tal proposição foi recuperada pelos iluministas, inserindo-se no ambiente teórico do século XVIII. MARTINS (1972, p. 488) observou que a proposta política de Pombal partilhava desse clima moderno aberto pelas idéias viquianas. Ele escreveu:

"Quando a filosofia fazia de Deus o supremo arquiteto do universo, que outra coisa podiam ser os grandes homens senão arquitetos supremos dos seus pequenos mundos nacionais. Pombal queria construir uma nação, com a idéia de fazer dela um indivíduo autônomo e forte".

MARTINS (1972, p. 488) afirmou também que as propostas políticas pombalinas por se inscreverem nesse ambiente teórico deram origem "a um falso Portugal de importação, nas idéias, nas instituições, nos homens". Nesse aspecto nossa ótica da questão é diversa. Embora partilhando do quadro mais amplo das teorias políticas modernas, o Marquês soube preservar os fundamentos éticos de inspiração tradicional. Como não alterou os alicerces morais da vida social era essencial justificar de algum modo as mudanças que implementou.

No decorrer da história a legitimação do poder sempre foi uma preocupação dos governantes, os quais procuraram permanentemente justificar as práticas adotadas no exercício do poder. Em sua tematização cultural a retórica da legitimidade apresentou padrões mais ou menos definidos cujo delineamento foi magistralmente traçado por Max Weber. O pensador a fim de empreender essa tarefa procurou inicialmente descrever e posteriormente caracterizar o fenômeno, cuidando de esclarecer que não se constituíram retóricas excludentes. Nos vários argumentos pretendia-se auferir a legitimidade a partir dos momentos do processo histórico, enfatizando ora a origem ora o fim, passando por formas intermediárias que retiravam a legitimação de objetivos mais imediatos, verificados empiricamente.

Quando temos nitidamente definidas essas formas de justificação do poder podemos aplicar sobre elas a noção de ideologia, no sentido proposto por Karl Mannheim, o que torna o instrumento de análise mais consistente. Mannheim sob o título de utopia deu a esse conceito um significado mais amplo, contrapondo-o ao sentido pejorativo que o marxismo, na trilha do bonapartismo, popularizou.

O conceito de ideologia é desenvolvido no estudo do papel desempenhado pela "intelligentia" na vida dos grupos sociais (MANNHEIM, 1956). Mannheim deu ênfase à produção dos símbolos e idéias, os quais catalizavam projetos históricos das sociedades e integravam-se na estrutura social total. Essa estrutura constituía-se de inúmeras variáveis entre as quais destacavam-se a social, a econômica, a política e a cultural, que era o patamar onde propriamente transitavam as idéias.

A vantagem da interpretação acima transcrita é que abre um espaço explicativo mais amplo para o conceito

ideologia, além de retirar-lhe o papel de sub-produto das atividades econômicas, o que é um uso muito limitado e quase sempre desemboca em chavões de ordem pragmática com preocupações muito específicas e sem aprofundar os fundamentos de qualquer mundividência. Exemplo típico dessa utilização limitada aparece na definição de ideologia no sentido de eficácia social propugnada por VIEIRA PINTO (1960), autor que contribuiu para o entendimento dos muitos problemas da cultura brasileira, mas para quem a ideologia

"é a concepção de nova forma de ser para a existência comunitária, em razão da qual se carregam de valor, positivo ou negativo, todos os objetos, as idéias e os acontecimentos da realidade presente. Se não há projeto sem ideologia e se não há processo de desenvolvimento sem projeto, segue-se que a ideologia é fator que determina o desenvolvimento nacional". (VIEIRA PINTO, 1960, p. 34)

A ideologia como esforço explicativo de uma ordem sócio política não é apenas positivo por permitir examinar um contexto qualquer sem o concurso de idéias preconcebidas, mas sobretudo porque permite pensar a vida humana como um exercício de escolhas, isto é, como uma vivência valorativa. O mundo das relações humanas implica sempre em opções e esse balizamento é possível porque na vida coletiva e nas ações em sociedade não é possível a indiferença completa. Essa aceção de valor que aqui adotamos inspira-se, mas ultrapassa de certo modo o conceito de vivência proposta por HESSEN (1967), porque além da vivência propriamente dita julgamos essencial considerar todo o ordenamento do mundo interior que se processa como resultado dessa experiência interior valorativa, além das consequências práticas decorrentes das intervenções que o sujeito acaba fazendo na vida coletiva, visando implementar o padrão criado. Não podemos separar a vivência da capacidade humana do ordenamento categorial elaborado com base nela, embora historicamente a justificação teórica seja posterior às experiências valorativas, essas já presentes na vida dos povos primitivos.

Miguel Reale notou entretanto, com a precisão de sempre, que não basta distinguir a formação dos conceitos da sua descrição se se omite a instância histórico cultural de gênese dos valores, equívoco aliás cometido por autores de alta categoria como MORENTE (1979) e CASIRER (1977).

Sobrepondo as fontes tradicionais de legitimação do poder, a saber, a história (com ênfase no futuro ou no passado) e o resultado alcançado (o êxito obtido), à noção de ideologia anteriormente apresentada, teremos um instrumento teórico bastante consistente para entender e decodificar o eixo básico da justificação empregada por Pombal na legitimação do seu plano político.

Como fundo da análise da argumentação pombalina, que faremos a seguir, é muito valioso termos pre-

sente o comentário do processo político proposto por MOREIRA (1978, p. 39). Ali ele enunciou:

Nota-se, portanto, que para Maquiável, não haveria um bem, por maior que fosse, que pudesse ser avaliado como um bem sem restrições. Em política, considerações de grau, de percepção do momento, de aproveitamento da oportunidade ou de detecção do peço, sobrelevam o julgamento sobre a intenção interior ou a pureza formal das ações concretas. A política não é o domínio do queremos isto ou nada. Muito menos podem as explicações sobre o processo político ser reduzidos à fórmula do tipo no fundo isto não é nada mais do que o resultado de um fator mágico, de um bode expiatório, de uma conspiração sorrateira, nem mesmo do ideal desencarnado da realidade".

Como o ilustre Marquês embasou sua argumentação nos resultados obtidos por seu governo, ele acreditou encontrar justificativa para todos os seus atos, o que contribuiu para a consolidação de uma prática política autoritária e pouco flexível. Ele imputou os resultados positivos a forma como D. José I conduziu os negócios de Portugal, o que era o mesmo que atribuir a sua própria atuação, desde que era ele quem de fato exercia o governo ainda que em nome da autoridade daquele monarca. Podemos compreender o orgulho com que o Marquês comentou os resultados positivos alcançados por seu plano político, pois a situação do país antes do governo de D. José I era aflitiva, para o que muito contribuiu o discurso moral contra-reformista amparado pelas práticas da inquisição, conforme descreveu SERRÃO (1982, p. 125):

"A crise econômica e política que se acumulava no país, nos fins do reinado de J. João V, atingia grande profundidade. Multiplicava-se o contrabando, os organismos estaduais eram manifestamente insuficientes; a nobreza dedicada ao ultramar exorbitava dos poderes que as suas funções lhe atribuíam, contra o que protestaram, várias vezes, os funcionários e os mercadores daquelas regiões; ao mesmo tempo, nesses mesmos lugares, o clero desinteressava-se das diretrizes do poder central. O enfraquecimento do estado provocava oscilações na sua política internacional e o conseqüente aumento das pressões externas".

O desenvolvimento de Portugal seria decorrência, no entender do Marquês, da implantação do seu plano governamental, uma espécie de ciência de governo rigorosamente planejada, ou melhor de "aritmética política". Ele estava convencido de que esse era o caminho para fazer voltar a brilhar a estrela da monarquia lusitana, revivendo os bons tempos passados, época dos reinados de D. Manoel e D. João III. Na medida em que buscou uma situação do passado elegendo-a ideal utilizou tam-

bém a legitimação historicista, isto é, reafirmou aquele momento onde a glória e os feitos lusitanos eram internacionalmente reconhecidos. Ele assim principiou o conjunto de observações que posteriormente remeteu ao rei:

"A grande cortina, que no felicíssimo dia 6 do corrente mês de junho de 1775, descobriu a régia estátua de rei meu senhor veio manifestar nos dias sucessivos, ao claro conhecimento de todos aqueles que não parando na superfície dos objetos que lhes apresentam à vista, passam a investigar e compreender a substância das coisas, que s.m. não só tem inteiramente dissipado as trevas, e reparado as ruínas em que achou sepultados os seus reinos; mas que além disso tem feito, aparecer outra vez em Portugal o século feliz dos senhores reis D. Manuel, e D. João III para os exceder com os progressos das suas paternas, magnânimas e infatigáveis providências" (POMBAL, Observações secretíssimas, p. 12)

Na primeira parte da carta Pombal dedicou-se a explicitar alguns aspectos integrantes de seu projeto político, confirmando as características que anteriormente se elencou. Ele principiou pela enumeração das condições que permitiram constituir uma burocracia eficiente. Mostrou, em seguida, como a intervenção do estado permitiu: o domínio de técnicas fabris anteriormente importadas, a formação de uma elite de comerciantes, o florescimento das artes, da filosofia e das ciências, a harmonia entre as várias classes sociais e concluiu com o estado global de prosperidade do reino.

PAIM (1978, p. 26) considerou cuidadosamente nove princípios elencados pelo Marquês, e comentou separadamente cada um deles deixando a pista para o entendimento da legitimação do projeto do Ministro de D. José I. Escreveu nesse sentido:

Os nove princípios pombalinos resumem-se ao fazer, estribado em conhecimentos e em ciência, e igualmente ao fruir. Nada mais distanciado do que havia sido ensinado nos séculos anteriores. Mais importante é assinalar que tais enunciados são entendidos como suficientes para assegurar a boa marcha da vida social em seu conjunto, isto é, inserem, por si mesmos, a componente ético-normativa".

Após esse esforço de caracterização do projeto pombalino, vê-se que o Marquês deixou evidente que a principal fonte de legitimação de seu governo eram os resultados alcançados, ainda que não possamos desconsiderar a importância da referência árquica de fundamentar o exercício do poder, a qual decorria, conforme observou-se, da reafirmação de um passado glorioso. O essencial consistiu contudo na implantação da "aritmética política", criando um ambiente onde as injunções da racionalidade administrativa produziam a riqueza e o po-

der. A ótica a partir da qual o Marquês analisou os resultados de sua política foi a dos resultados prevalecendo o padrão de eficiência sobre a autoridade do passado. No entanto, a prova de que ambas as fontes de legitimação estavam presentes nessa forma de exercício da autoridade é o modo como se decompõe, depois da morte de D. José e do afastamento de Pombal do poder, a estrutura do governo lusitano dando origem à dois grupos representados respectivamente por Souza Coutinho e pelo Visconde de Vila Nova de Cerveira. PAIM (1982, p. 88-9) reconheceu a presença dessas formas de legitimação, a saber, a arquetípica e a pragmática, indicando que a elite portuguesa dividiu-se em dois grupos, embora na prática se tratasse de dois pólos de uma mesma realidade. Ele escreveu:

"O Conde de Linhares embora não fosse um liberal, no que denomina de sentido atual do termo, tampouco era um monarquista absolutista e reacionário. A questão não parece residir no caráter da monarquia (se absoluta ou constitucional) que somente amadureceria, de modo pleno, na cultura luso-brasileira, no ciclo subsequente à sua morte. No período pombalino, quando toda a elite era, a rigor, partidária da monarquia absoluta, o grande eixo divisório consistia entre o patrimonialismo modernizador e o tradicionalismo".

Pombal sistematizou em cinco efeitos os resultados de sua atuação, os quais justificavam amplamente o projeto atualizador. Todos eles giravam em torno das consequências positivas decorrentes da modernização das estruturas do governo. As consequências desta prática política foram apresentadas de tal forma que o Marquês pareceu querer torná-las inseparáveis de suas práticas. São os seguintes os efeitos da modernização no seu entendimento:

"O primeiro efeito - As nações que com arrogância, vanglória e superioridade olhavam antes para a portuguesa como bisonha, rude, inerte, e destituída de todos os elementos... acabaram agora de ter o último desenganho..."

Segundo efeito - O desprezo que as mesmas nações faziam do nosso comércio interior, e externo, também acabou agora, não só de cessar, mas de se converter em outro incentivo da sua emulação..."

Terceiro efeito - Havendo sempre tido as referidas nações a portuguesa por bárbara, feroz, e insociável, se acharam também agora convidados por outra demonstração, que os surpreendeu com maior assombro, vendo-se a este respeito não só iguais, mas muito excedidas..."

Quarto efeito - Persuadiam-se as mesmas nações, de que entre elas tudo era abundância, e em Portugal tudo pobreza, quando não há quem ignore, que Inglaterra está implicada com a horrorosa dívida de mais de mil e trezentos milhões

de cruzados. ...E a profusão, e redundância que manifestou a dita magnífica função de jóias, baixelas, vestidos, carruagens, mesas e desembolsos de moeda corrente, fizeram também mudar tanto de parecer aos mesmos estrangeiros, que publicamente confessam, que nunca haviam entendido que Portugal em tão poucos anos houvesse acumulado riquezas tão superior à sua compreensão.

Quinto efeito - Quando a consistência do governo da maior parte da Europa se acha enervada e enfraquecida, ou com discórdias, e divisões intestinas, como está sucedendo em França, e Inglaterra... depois de terem visto os estrangeiros pelo contrário em que todo o Portugal e seus domínios, não soam outras razões que não sejam as que baixam do real trono de s.m., acabou de ver agora, que antes de amanhecer o dia em que se devia por em movimento a quase incomportável estátua equestre para se transportar, apareceram... o juízo do povo e todos os mais consideráveis artífices" (POMBAL, 1861, p. 20-3).

E a conclusão é avassaladora:

"Porque enquanto se governarem pelos mesmos princípios e pelas mesmas máximas é certo que terão sempre os mesmos felicíssimos sucessos, fugindo as novidades com que ordinariamente costumam, os que entram de novo querer emendar o que está bem para que esteja melhor, quando a experiência tem mostrado, que semelhantes novadores, em lugar de conseguirem o que cuidam que é melhor, arruinam o que estava bem, com irreparáveis ruínas da coroa a que servem, e dos vassalos dela" (POMBAL, 1861, p. 24).

Assim, evoluindo de uma forma de legitimação do poder mais tradicional, embora não se lançasse contra ela, o Marquês preferiu um modo de justificação pragmática. Ele incorporou a noção de evolução numa perspectiva laica, absorvendo as teses desenvolvimentistas de uma filosofia da história inicialmente formulada sob bases religiosas conforme explicaram BOEHNER & GILSON (1982). De fato, o contexto teórico do séc. XVIII favoreceu a noção de progresso laico, estimulado pela consolidação de uma filosofia antropocêntrica cujos meandros permitiu o redimensionamento da ótica historicista, como pode-se observar na sugestiva descrição de LUBAC (1981). Embora estivesse procurando colocar em prática um governo laico, o que era propugnado pelos iluministas, a violência com que combateu os inimigos, e o fato de ter deixado intocado certos valores tradicionais forneceu motivos para as críticas que lhe dirigiram esses mesmos filósofos. SÉRGIO (1984) notou isto quando comentou as observações de Voltaire e Boehmer e indicou como, ao contrário do que pensavam aqueles que supunham ser Pombal representante dos ideais iluministas, a intelectualidade francesa reagiu ridicularizando os do-

cumentos e as justificativas teóricas elaboradas na corte portuguesa. O projeto político ali expresso mostrava fragilidade. Ele comentou:

"Teve-se compaixão das vítimas, zombou-se do algoz, riram-se todos das suas invocações às idéias da Idade Média. Houve também reprovação geral das máximas despóticas espalhadas nos manifestos" (SÉRGIO, 1981, p. 124).

É difícil discutir com precisão os motivos teóricos, a filosofia política adotada pelo Marquês, pois ele próprio passava com facilidade do campo das idéias para o das razões concretas. Apesar das dificuldades o presente instrumento de análise situa-se na trilha aberta pelos estudos contemporâneos do controvertido Marquês. Entre os trabalhos mais significativos para o entendimento do mencionado ideário destacam-se os de MACEDO (1963), SOARES (1983), CARNAXIDE (1940), MENDONÇA (1960), MARTINS (1963). Numa análise como essa é fundamental permanecer no campo das idéias, mesmo reconhecendo que o processo de interação entre elas e o mundo é intenso e a complexidade dessa relação tem promovido os mais notáveis estudos da filosofia contemporânea.

A legitimação árquica da política pombalina assim como a afirmação da eficiência estatal, evidencia que ele adotou um conceito de nacionalidade próximo do iluminismo romântico tedesco, o qual era perfeitamente compatível com um plano político dessa natureza. A coerência do projeto advinha do fato de que o fortalecimento do Estado propiciava o igual engrandecimento da nação lusitana, desde que a entendamos à moda de Herder, isto é, como sendo um grupo linguístico e com identidade cultural, conceito que não integra a problemática dos direitos políticos, tal como ocorreria com a concepção de nacionalidade fundada sobre outros pressupostos, no eixo anglo-francês. A distinção entre tais conceitos foi proposta por MERQUIOR (1982, p. 279), quando asseverou:

"Desde a segunda metade do século XVIII, o Ocidente conhece dois conceitos de nação. O primeiro identifica a nação com a vontade política consciente de uma dada população; o segundo a define por critérios objetivos como a língua e a cultura, em si perfeitamente desligados do exercício de direitos políticos. O padroeiro do conceito francês, ou político, de nação é Rousseau; o patrono do conceito germânico, ou cultural, é Herder".

O que a história nos mostrou? O primeiro conceito passou a ser adotado com sucesso crescente por um maior número de povos, vinculando-se à teoria política liberal, enquanto o segundo alimentou governos totalitá-

rios. O conceito germânico, apesar das deficiências que a história revelou, pode ser invocado para esclarecer o conceito de nação existente no universo mental lusitano.

As dificuldades do ideário pombalino, notadamente a inadequação dos fundamentos éticos e políticos propiciaram o fortalecimento das teses tradicionalistas, que historicamente lhe sucederiam. Como sabemos essas noções não avançarão no sentido do aperfeiçoamento da fiscalização do poder, da liberdade do cidadão e da representação, mas criarão um substrato moral capaz de fortalecer os institutos tradicionais. Isto é entretanto assunto para um outro trabalho.

3 - CONCLUSÃO

A historiografia das idéias deixou evidente que o século XVIII catalizou a esperança num futuro mais auspicioso para todo o gênero humano. Foi um período no qual a emancipação do homem dos limites naturais acentuou-se extraordinariamente devido ao sucesso das pesquisas científicas e também por causa da confiança na capacidade da razão para resolver os problemas. Essa confiança estava fundamentada nos sólidos sistemas teóricos do séc. XVI e XVII que ganharam então, um discurso mais popular, mais democrático.

Os filósofos mais notáveis da época, especialmente os franceses, cuidaram de tematizar as bases éticas da igualdade entre os homens. A própria vida intelectual antes partilhada por parcela muito reduzida da sociedade, foi ampliada. Propugnou-se o compromisso do estado com a educação. A segurança proporcionada pela razão e a expectativa do progresso provocaram abalos nas maneiras tradicionais de fundamentação das relações sociais solapando a razão católica e as antigas formas de exercício do poder.

É surpreendente como esse movimento de idéias misturou-se ao ambiente cultural promovendo mudanças extraordinárias. Com Cristiano Wolff (1679-1754) a força da razão desembocou na formação de um componente ético, disseminando a virtude e a felicidade e esse ambiente proporcionou uma abordagem teórica ao humanismo religioso herdado da tradição judaica, secularizando-o, helenizando-o. No entanto, deve-se registrar que as diversas nações da Europa, já possuidoras de características singulares, vivenciaram a nova atmosfera de modo peculiar. O iluminismo, por isso, não foi um movimento uniforme, manifestando-se em ideários muito distintos como: o liberalismo britânico, a mundividência secularizada francesa e a renovação metafísica provocada pelo criticismo alemão. O pombalinismo, que aqui estudamos, foi, por seu turno, um modo singular de entender e incorporar as conquistas do espírito, conciliando-as com a tradicional fundamentação moral.

CARVALHO, J.M. de. The discourse of the power legitimation in the "Pombalino" government. *Semina: Ci. Soc./Hum.*, Londrina, v. 13, n. 13, p. 158-163, Sept. 1992.

ABSTRACT: This work analyzes the discourse used by Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquis y Pombal (1699-1782) as a strategy to legitimize anti-stagnation reforms introduced by him in Portugal. We indicate that the statesman's arguments found support both on tradition and on the efficacy of results.

KEY-WORDS: Politics; Power; Patrimony

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOEHNER, P.; GILSON E. *História da filosofia cristã*. Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo: Nacional, 1940.
- CASSIRER, E. *Antropologia filosófica*. Trad. de Vicente Félix de Queiróz. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- GARDINER, P. *Teorias da história*. Trad. de Vitor Matos e Sá. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
- HESSEN, Johannes. *Filosofia dos valores*. 3. ed. Trad. de L. Cabral Moncada. Coimbra: Armenio Amado, 1967.
- LUBAC, Henri. *La postérité spirituelle di Gioachino de Fiori*. Milano: Jaca Book, 1981.
- MACEDO, J.B. *A situação econômica da indústria portuguesa no séc. XVIII*. Lisboa: Ass. Ind. Portugal, 1963.
- MANNHEIM, Karl. *Essays on the sociology of culture*. London: Routledge and Kegan Paul, 1956.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. de Lúcio Xavier. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARTINS, A. *Pombal, o povo e a sombra do rei*. Lisboa: Brotéria, 1963.
- MARTINS, O. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1972.
- MENDONÇA, M.C. de. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Nacional, 1960.
- MERQUIOR, José G. *As idéias e as formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- MOREIRA, M. Marques. *Sobre Maquiavel*. Brasília: UnB, 1987.
- MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos de Filosofia*. Trad. de Guilherme de La Cruz Coronado. São Paulo: Mestre Jou, 1979.
- PAIM, A. *A querela do estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- POMBAL, Marquês de. *Cartas e outras obras seletas*. 5. ed. Lisboa: Tipografia de Marquês Leão, 1861. v. 1.
- SÉRGIO, A. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- SERRÃO, Joel. Verbete Pombal do dicionário da história de Portugal. In: PAIM, Antônio. *Pombal e a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil - Portugal: Tempo Brasileiro, 1982.
- SOARES, A.T. *O Marquês de Pombal*. Brasília: UnB, 1983.
- VICO, G. *Princípio de uma ciência nova*. Trad. de A.L. de Almeida Prado. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- VIEIRA PINTO, A. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. v. 1.

Recebido para publicação em 24/8/92